

Governo entrega PEC da Segurança ao Congresso

Texto reformula regras para policiamento e combate à violência

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entregou, nesta quarta-feira (23), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública ao Congresso Nacional. O texto primeiro será discutido na Câmara dos Deputados e depois seguirá para o Senado Federal.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que dará celeridade na apreciação da PEC e a encaminhará direto para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para avaliar a constitucionalidade da proposta. Em 8 de abril, o ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentou a PEC da Segurança a Motta e demais líderes da Casa, porém, o texto não havia sido oficialmente protocolado.

O projeto foi apresentado em uma reunião entre o presidente da República e os presidentes da Câmara e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), no Palácio do Planalto. Além dos presidentes, o encontro também contou com a presença de Lewandowski, da ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e do advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias. Os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), também estavam presentes.

A PEC

A PEC da Segurança Pública reformula as regras das forças de segurança do país, criando o Sistema Único da Segurança Pública (Susp) para combater a criminalidade e, principalmente, o crime organizado. O Susp



PEC da Segurança começará a tramitar pela Câmara

é uma lei ordinária aprovada em 2018, porém, ela precisa ser anexada à Constituição Federal – que é o que propõe a PEC. A medida visa desburocratizar e aumentar a eficiência do trabalho das forças de segurança e demais autoridades de combate de organizações criminosas, aproximando os entes federativos com o governo federal.

Após críticas da oposição, o presidente Lula reforçou durante a reunião que, se aprovada, a proposta não interferirá na autonomia das forças de segurança dos estados e municípios. O ministro de Justiça e Segurança Pública apontou que a aprovação da PEC é necessária porque, segundo ele, atualmente, “o crime deixou de ser local, ele passou a ser nacional e até transnacional”.

A PEC ainda prevê a constitucionalização dos fundos nacionais de Segurança Pública e Política Penitenciária. Com isso, as guardas municipais terão

suas atribuições redefinidas, e poderão atuar na segurança urbana, em ações de policiamento ostensivo e comunitário, além de fazer prisões em flagrante.

O texto também fortalece a atuação da Polícia Federal (PF), permitindo que a corporação tenha a competência para investigar milícias e crimes ambientais. Atualmente a PF tem autorização para investigar crimes nessas áreas, mas somente após decisão judicial ou quando o caso está na esfera federal. A PEC ainda amplia a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que passará a se chamar Polícia Viária Federal, para atuar não apenas em rodovias, como em hidrovias e ferrovias. “Onde passam as mercadorias, passam armas, drogas e produtos ilícitos”, explicou Ricardo Lewandowski.

Avaliação do governo

Além de reforçar o combate à criminalidade, a PEC

também tem a intenção de melhorar a avaliação do governo Lula 3. Pesquisas recentes, como da Genial/Quaest e Atlas, apontam que a principal preocupação da população é a violência. Em 2 de abril, a Pesquisa Genial/Quaest apontou que 29% da população acredita que a violência é o maior problema atualmente no Brasil (a última pesquisa tinha apontado 26% dos entrevistados com essa preocupação).

Um mês antes, em 7 de março, levantamento da Atlas/Bloomberg apontou que 9 em cada 10 brasileiros consideram a criminalidade um grande problema no país. Dos 5.710 entrevistados, 59% avaliam o nível de criminalidade no país como muito alto e 29,7% consideram o nível de criminalidade como alto. Além disso, 73,2% dos entrevistados avaliaram que a criminalidade estava piorando no Brasil.

STF intima Bolsonaro na UTI do hospital em que está internado

Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, uma oficial de Justiça entrou no quarto de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do hospital DF Star, em Brasília, nesta quarta-feira (23) para intimar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o início do processo penal em que é acusado de tentativa de golpe de Estado em 2022.

O Supremo Tribunal Federal (STF) informou, em nota, que esperava uma “data adequada” para que a intimação pessoal fosse feita a Bolsonaro - internado desde o último dia 11 e submetido a uma cirurgia no intestino.

A oficial de Justiça chegou ao hospital por volta das 10h30, segundo pessoas próximas de Bolsonaro informaram. Ela entrou no quarto de UTI às 12h45, entregou os documentos e coletou a assinatura do ex-presidente.

“Certifico e dou fé que me dirigi, nesta data, [...] ao Hospital DF Star, em Brasília/DF, onde, às 12h47, procedi à citação e intimação de Jair Messias Bolsonaro, que recebeu a contrafé e após seu ciente no anverso deste mandado”, comunicou a oficial da Justiça ao Supremo.

Entrevista

Bolsonaro deu uma entrevista na segunda (21) por vídeo ao SBT Brasil, da cama de seu



Bolsonaro fez uma live da UTI na terça-feira

quarto de UTI, e na terça-feira (22) participou de live em que conversou com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador no Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL), seus filhos. O ex-piloto de Fórmula Um Nelson Piquet também participou.

“A divulgação de live realizada pelo ex-presidente na data de ontem (22/4) demonstrou a possibilidade de ser citado e intimado hoje (23/4)”, disse o Supremo.

Citação pessoal

A citação pessoal e por escrito dos réus é um passo fundamental para o avanço da ação penal contra o ex-presidente. É por meio dessa intimação que começa a contar o prazo de cinco dias para a apresentação da defesa prévia, parte inicial do processo.

A intimação foi determinada por Moraes a todos os oito réus em 11 de abril. Todos os denunciados, exceto Bolsonaro, foram notificados pessoalmente até o dia 15 de abril. Os

prazos começaram a se encerrar na terça, e as defesas de Mauro Cid, Augusto Heleno e Almir Garnier já apresentaram suas posições.

A transmissão na terça foi promovida pelos filhos de Bolsonaro para vender capacetes de grafeno de marca lançada recentemente, da qual Jair quanto Flávio são sócios.

Na live, eles aproveitaram para falar sobre o que consideram “perseguição política” contra o ex-presidente e criticar Moraes.

Bolsonaro foi internado para tratar complicações recorrentes desde a facada sofrida em 2018. Ele passou por uma cirurgia de 12 horas no dia 13.

Além da participação em entrevistas e lives, Bolsonaro recebeu a visita do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, na terça-feira. “Fiquei cerca de 1 uma hora e meia ao lado dele, tivemos uma ótima conversa e saí de lá muito feliz ao ver que está cada dia melhor. Estou na torcida pela recuperação total e o mais rápido possível”, escreveu o dirigente partidário.

De acordo com boletim médico divulgado na terça pelo Hospital DF Star, Bolsonaro permanece na UTI, sem previsão de alta e com “recomendação de não receber visitas”.

Cezar Feitosa/Folhapress

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Stefanutto, afastado do INSS, e o ministro Carlos Lupi

TCU: controles do INSS sobre fraudes eram insuficientes

Decisões do Tribunal de Contas da União tomadas em 2024 classificaram de insuficientes os controles do INSS para evitar o escândalo bilionário que fraudou aposentados e pensionistas.

Documentos do TCU indicam que os esquemas ocorrem desde, pelo menos, 2021. Entidades sindicais ou associativas cobravam indevidamente mensalidades de be-

neficiários do INSS.

Os lesados são, principalmente, os que pediram intermediação de entidades para obter empréstimos consignados.

Em acórdão de junho, o relator, ministro Aroldo Cedraz, frisou que o INSS não verificava “a filiação do beneficiário e sua autorização previamente à averbação dos descontos, o que tem ocasionado descontos indevidos”.

Bloqueio

No acórdão, o TCU determinou que o INSS bloqueasse novos descontos de mensalidades até que fossem instituídos mecanismos de prevenção a fraudes. Deu prazo de 120 dias — quatro meses — para verificação e reavaliação dos descontos que beneficiam as entidades.

Ressarcimento

O TCU também mandou que a Previdência identificasse e responsabilizasse as entidades suspeitas e promovesse o ressarcimento dos valores descontados indevidamente. Alertou que o descumprimento poderia gerar a responsabilização dos gestores do INSS.



Aroldo Cedraz foi relator do caso no TCU

Entidades multiplicaram sócios de maneira irregular

O TCU identificou muitos casos de coincidências entre assinaturas de empréstimos consignados com o início de cobrança de mensalidades que beneficiavam as entidades.

Entre janeiro e setembro de 2023 foram assinados 967.375 contratos de consignados — um mês antes ou depois do início dos descontos. Os que fa-

ziam empréstimos eram transformados em sócios das associações.

Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2023, o número de associados a 28 entidades subiu 150%, de 2,222 milhões para 5,558 milhões. A Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos pulou de três para 600 mil membros.

Indicação

Afastado da presidência do INSS e alvo da operação da Polícia Federal, Alessandro Stefanutto é filiado ao PSB. O presidente do partido, Carlos Siqueira, afirmou ao Correio Bastidores que ele fora indicado para o cargo pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT).

Sem consulta

“Nós não fomos consultados quando houve essa indicação, ficamos sabendo pela imprensa”, disse Siqueira. Segundo ele, Stefanutto não tinha vida partidária. O presidente do PSB quer esperar as investigações antes de propor alguma medida contra o filiado.

Argumento

A Comissão de Saúde é um dos trunfos do PL para, digamos, convencer deputados do Centrão que ainda não demonstraram apoio ao projeto de anistia. O coletivo passou a ser presidido por Zé Vítor (PL-MG), muito ligado ao líder do partido, Sóstenes Cavalcante (RJ).

Chave

Uma das principais comissões da Câmara, a de Saúde é a que tem maior capacidade de distribuir recursos para emendas extras ao orçamento, não determinadas pelos próprios parlamentares ou bancadas partidárias. Ou seja, seu presidente tem a chave do cofre.